

O QUE DIZEM AS TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA), INSTITUÍDA PELO DECRETO Nº 9.765/2019?

Sabrina da Silva Freiburger, Lourival José Martins Filho

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa compreender o posicionamento de pesquisadores em teses e dissertações produzidas no período entre 2019 e 2024 que apresentam discussões sobre a Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo decreto 9.765/2019. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa objetivando mapear e analisar os resumos dos trabalhos selecionados e identificar as discussões, reflexões e avaliações realizadas pelos pesquisadores sobre a PNA e seus programas e ações adjacentes.

DESENVOLVIMENTO

Na etapa inicial do trabalho, procuramos compreender a PNA e suas implicações a partir da leitura do decreto nº 9.765/2019 e de trabalhos realizados pela comunidade acadêmica. Identificamos um alinhamento relativo às críticas tecidas à referida política nos autores Lopes (2019), Moraes (2019) e Cecchetti e Martins Filho (2023).

Para Lopes (2019), o texto do decreto não somente desconsidera a produção científica nacional, mas os invalida a partir da afirmação presente em diversos trechos de que sua proposta é "*baseada em evidências científicas*" (BRASIL, 2019). A autora também ressalta o apagamento dos sujeitos na concepção de alfabetização apresentada pela PNA e o reducionismo acerca da compreensão do processo de alfabetização que, na referida política, é apresentado como um processo de ensino de habilidades (leitura e escrita) que tem sua efetivação concluída com apenas um método (fônico sistemático).

Na mesma direção, Moraes (2019) enfatiza a ausência de diálogo com a comunidade científica e educacional para fundamentação da PNA. Ressalta ainda, o apagamento do conceito de letramento e o preconceito com as teorias de bases construtivistas. Outro aspecto importante levantado pelo autor, trata da imposição da PNA por meio de decreto que reflete a face autoritarista e mercantilista do governo de Jair Messias Bolsonaro que atende aos interesses de grandes grupos empresariais que ensinam o lucro no ramo da educação.

Mais recentemente, Cecchetti e Martins Filho (2023) aprofundam a análise ao discutir as concepções e impactos da PNA na educação. Os autores apontam que a política representa um retrocesso e coloca a alfabetização "em xeque" ao reduzir a solução para os problemas educacionais a um método (fônico) e desconsiderar os aspectos culturais, sociais e históricos que envolvem o ensino e a aprendizagem dos processos de leitura e escrita.

Diante do exposto, buscamos analisar se o posicionamento da comunidade acadêmica, de modo mais amplo, está alinhado ou diverge das críticas tecidas pelos autores de nosso referencial teórico. Para isso, as palavras-chave "POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO" foram inseridas no mecanismo de busca da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), com o filtro de período entre 2019 e 2024, retornando 54 teses e dissertações. Iniciamos a leitura e mapeamento com uso de planilhas destes trabalhos, mas devido a acontecimentos imprevistos, precisamos redefinir nossa abordagem, dessa forma, em revisão posterior, focamos somente na análise do conteúdo presente nos resumos dos trabalhos. Assim, dos 54 trabalhos retornados pelo filtro de busca no levantamento inicial, selecionamos 21 para análise desta pesquisa. Os demais foram descartados por não citarem a PNA ou por não apresentarem discussões ou afirmações sobre a referida política em seus resumos.

RESULTADOS

A análise dos trabalhos selecionados evidenciou um alinhamento consistente da comunidade acadêmica com os apontamentos apresentados pelos autores utilizados na fundamentação teórica desta pesquisa. Dentre as críticas e apontamentos mais recorrentes, destacam-se:

- Falta de diálogo com pesquisadores e professores: a política surgiu de maneira imposta, sem buscar contribuições ou a discussão com profissionais que trabalham com a alfabetização;
- Desconsideração e apagamento de pesquisas nacionais anteriores: a PNA ignora décadas de pesquisas feitas no Brasil, especialmente aquelas que consideram o contexto social e cultural dos estudantes.
- Influência de modelos estrangeiros: a referida política se baseia em modelos estrangeiros que nem sempre combinam com a realidade educacional brasileira.
- Visão reducionista acerca do processo de alfabetização: a PNA concebe a alfabetização como um processo mecânico de codificação e decodificação e seu sucesso se resumiria ao aprendizado dessas habilidades por meio de um único método possível, comprovado por “*evidências científicas*” (BRASIL, 2019).
- Padronização do ensino: há uma tentativa de uniformização do processo de ensino e aprendizagem de alfabetização que limita a atuação do professor alfabetizador e ignora as diferenças regionais, entre escolas, docentes e estudantes.
- Ênfase em resultados e avaliações: a PNA valoriza o uso de testes e indicadores, reduzindo o ensino a números e rankings e deixando de lado o processo de aprendizagem.
- Desvalorização dos docentes: a política considera o professor como um aplicador de técnicas, retirando sua autonomia. Além disso, também apresenta fragilidades em relação a valorização da formação docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além das críticas, os trabalhos analisados evidenciam a necessidade de compreender a alfabetização como um processo complexo, que envolve dimensões cognitivas, sociais, culturais e políticas. Diante do exposto conclui-se que, para a comunidade acadêmica, a PNA representa um retrocesso para a educação brasileira pois ignora a realidade educacional do país, reduzindo seus problemas reais (desigualdades sociais e regionais, falta de infraestrutura adequada nas escolas, escassez de recursos para a educação, formação defasada de professores, condições precárias do trabalho docente, diferenças culturais, etc.) à uma questão de métodos e resultados.

Palavras-chave: política nacional de alfabetização; alfabetização; políticas educacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm>. Acesso em: 19/08/2026.

CECCHETTI, Fabíola Cardoso; MARTINS FILHO, Lourival José. ALFABETIZAÇÃO EM "XEQUE". Cadernos de Educação, n. 67, 2023.

LOPES, Denise Maria de Carvalho. Considerações sobre a política nacional de alfabetização. Revista Brasileira de Alfabetização, n. 10, 2019.

MORAIS, Artur Gomes de. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. Revista Brasileira de Alfabetização, n. 10, 2019.